

Viviane Gonzalez Dias

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho 5:

O ensino de sociologia e as políticas curriculares no Brasil

O ensino de sociologia na política curricular do estado do Rio de Janeiro pós  
BNCC

Belém, Pará

## ENSINO DE SOCIOLOGIA NA POLÍTICA CURRICULAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS BNCC

Viviane Gonzalez Dias <sup>1</sup>

### RESUMO

Em 2022, por intermédio do endereço eletrônico novoensinomedio.educacao.rj.gov.br, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC - RJ) publicou instrumentos que norteiam a implementação do Novo Ensino Médio na rede pública estadual: Diretrizes Curriculares, Legislação e que a embasa, Catálogo de Eletivas e a Organização dos Itinerários. Como parte do procedimento de implantação da Base Nacional Comum Curricular nas unidades da federação, tais documentos estabelecem o modo como o Novo Ensino Médio é implementado em escolas do estado do Rio de Janeiro, ao passo que orientam a ação de professores, gestores e as escolhas de itinerários por parte dos alunos dada a implementação do Novo Ensino Médio. Tendo em vista as lutas pelo estabelecimento do currículo estadual, considerando que o papel de estudantes jovens na Educação Básica é afetado pela forma como os estados se apropriaram da BNCC, adaptando suas políticas curriculares, o objetivo deste trabalho é identificar como a Sociologia está inserida nas diretrizes curriculares estaduais no estado do Rio de Janeiro, seja como componente curricular obrigatório do núcleo comum seja na parte diversificada do currículo. Para tanto, serão analisados documentos referenciais curriculares oficiais do Novo Ensino Médio, tal como proposto para escolas da rede pública estadual no estado do Rio de Janeiro pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC - RJ).

**Palavras-chave:** Ensino de sociologia, Política Curricular, Rede Pública Estadual, Novo Ensino Médio.

### INTRODUÇÃO

O currículo das escolas que ofertam Educação Básica à população brasileira é um campo repleto de controvérsias, de disputas entre diferentes orientações políticas, interesses e concepções ideológicas. Seu capítulo mais recente foi suscitado pela promulgação da lei 13.415/17 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.493/96) e promove mudanças no Ensino Médio. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) suscitou uma série de questionamentos e pedidos de revogação, os quais levaram o Ministério da Educação a suspender o cronograma de implantação nacional em março de 2023 e

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - RJ, [vivianefgd@gmail.com](mailto:vivianefgd@gmail.com). Este trabalho conta com o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

disponibilizar consulta pública visando reformulação da mesma, por meio de pesquisa nacional, audiências, seminários e oficinas de trabalho.

As concepções curriculares em disputa revelam um dilema educacional na atualidade: a educação brasileira deve seguir um modelo único ou diversificado (flexível)? Sobre a alegação de que o currículo unificado não atende às expectativas e às necessidades dos jovens tendo por resultado índices de reprovação, fracasso e abandono escolar (SCHWARTZMAN, 2016) por meio da RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 o Conselho Nacional de Educação corrobora o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecendo diretrizes para a diversificação curricular do Ensino Médio. Tais diretrizes repercutem em mudanças nos sistemas estaduais de educação, suscitando reorganização das matrizes curriculares e ressignificando o papel das disciplinas, doravante denominadas componentes curriculares.

Em meio a esta disputa, o papel exercido pela Sociologia na formação de jovens e adolescentes estudantes da Educação Básica e o lugar que o ensino de sociologia ocupa no referido nível educacional após a BNCC passa a depender do modo como cada estado se apropria das orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular. A BNCC estabelece orientações a partir das quais os estados elaboraram currículos. O currículo traz a dimensão de estratégias didáticas de como fazer valer determinado objetivo. A sociologia na educação básica é uma espécie de letramento sociológico, possibilita que o jovem tenha um instrumental para ler o mundo, estabeleça um diálogo entre o conhecimento sociológico e a própria vida, além de, eventualmente, intervir no mundo. (AZEVEDO, 2018).

Tendo em vista as lutas pelo estabelecimento do currículo estadual, considerando que o papel e o lugar que a Sociologia ocupa na formação de estudantes jovens no Ensino Médio é afetado pela forma como as diretrizes estaduais se apropriaram da BNCC, o objetivo deste trabalho é identificar como a Sociologia está inserida nas diretrizes curriculares estaduais no estado do Rio de Janeiro, seja como componente curricular obrigatório do núcleo comum seja na parte diversificada do currículo. Para tanto, serão analisados documentos referenciais curriculares oficiais do Novo Ensino Médio proposto para escolas da rede pública estadual no estado do Rio de Janeiro pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC - RJ), considerando, para além do currículo, os agentes que contribuíram para sua elaboração e as observações de entidades que se manifestaram no processo de consulta pública estadual.

Em 2022, por intermédio do endereço eletrônico [novoensinomedio.educacao.rj.gov.br](http://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br), a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC - RJ) publicou instrumentos que norteiam a implementação do Novo Ensino Médio na rede pública estadual: Diretrizes

Curriculares contendo a Legislação que a embasa, Catálogo de Eletivas e a Organização dos Itinerários. Como parte do procedimento de implantação da Base Nacional Comum Curricular nas unidades da federação, tais documentos prescrevem o modo como o Novo Ensino Médio deve ser implementado em escolas do estado do Rio de Janeiro, orientam a ação de professores, gestores e as possibilidades de escolhas de itinerários por parte dos alunos proposta na implementação do Novo Ensino Médio.

Neste trabalho, a presença da sociologia na Educação Básica é compreendida como parte de um currículo que é pesquisado como campo contestado. Reconhece-se a existência de poderes diversos diluídos nas relações sociais que reivindicam propostas a serem legitimadas. São relações que criam e recriam significados que contribuem para organizar e compor os currículos escolares.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A despeito da mudança de orientação de disciplinas para competências e habilidades, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio inclui “estudos e práticas de Sociologia”. Considerando que a formulação da política curricular estadual segue as diretrizes da BNCC, cabe investigar como o ensino de sociologia se insere na reorganização do currículo do estado do Rio de Janeiro.

Enquanto sujeitos da cultura, os produtores da política curricular estão à mercê de diversos tipos de produções discursivas (contexto de influência). A análise da política curricular estadual neste artigo tem por foco o ensino de sociologia tal como consta no currículo oficial elaborado para o Novo Ensino Médio Regular. Foram considerados documentos oficiais produzidos pelo estado do Rio de Janeiro no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (Currículo Referencial do Ensino Médio, Catálogo de Eletivas, Catálogo de Itinerários Formativos e as Trilhas) assim como Escutas públicas promovidas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), das quais participaram, além de membros do CEE e da SEEDUC - RJ, representantes de instituições públicas e privadas de ensino, bem como associações da sociedade civil.

## CONCEPÇÕES SOBRE CURRÍCULO

A leitura mais tradicional do currículo remonta os Estados Unidos e se refere à obra de Franklin John Bobbit. Escrito em 1918, *The curriculum* surgiu em um momento em que

diferentes forças econômicas, culturais e políticas buscavam moldar as formas da educação das massas conforme suas visões e esforçaram-se para responder questões cruciais sobre as finalidades e contornos da escolarização das massas. Questionava-se os objetivos da educação escolarizada: se para formar trabalhador especializado ou proporcionar formação geral à população. Debatia-se o que deveria ser ensinado: habilidades básicas de escrever, contar e ler; disciplinas científicas, habilidades práticas necessárias para ocupação profissional? A finalidade da educação deve ser ajustar crianças e jovens à economia e sociedade ou prepará-los para transformação, para a democracia? (SILVA, 1999)

Fenômeno relativamente recente, a ampliação do acesso à Educação Média no Brasil colocou em questão qual deveria ser a contribuição do Ensino Médio. Até então, a Educação Secundária foi compreendida como etapa preparatória para os estudos universitários, o que seria alcançado mediante o aprendizado de um conjunto de disciplinas básicas: português, matemática, inglês, sociologia, filosofia, história, biologia, química, física, artes e educação física, sendo a segunda língua e o ensino religioso disciplinas optativas. A consequência da expansão foi a modificação do modelo tradicional para acomodar a diversidade de públicos que procuravam se educar, com interesses, expectativas e condições variadas (SCHWARTZMAN, 2016).

Nesse sentido, a proposta tradicional subsumida na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio vai ao encontro da afirmação de que a expansão da oferta educacional e o aumento de gastos com a educação no Brasil, nos últimos anos, não implicou em ganho de qualidade, frustrando a esperança de lugar digno no mercado de trabalho. Conclama-se a necessidade de formar recursos humanos para a capacitação necessária ao desenvolvimento do país. Sendo assim, a diversificação do currículo proposto parece indicar mais possibilidades e encaminhamento para a profissionalização, direcionando alunos para cursos técnicos ou de aprofundamento de modo subsequente, concomitante ou integrado ao Ensino Médio (SCHWARTZMAN, 2016).

Os pressupostos dos arranjos sociais e educacionais não são postos em questão no modelo tradicional. Neste trabalho, parte-se do princípio de que o currículo está no centro de uma luta. Trata-se de um território repleto de contradições e conflitos, ligado às estruturas econômicas, políticas e sociais. A definição de conhecimentos, habilidades e competências a serem contemplados e legitimados pelos currículos escolares resulta de um processo de seleção cultural e de legitimação pela visão de determinados grupos.

A educação está vinculada às questões de política cultural. Para o sociólogo Michael Apple (APPLE, 1995), conteúdo e forma do currículo tornam-se objetos de análise. Eles

contribuem para a compreensão dos processos de dominação cultural de um grupo sobre outro e de como os elementos culturais imbricados nesse processo se legitimam e tomam forma de unidade, de senso comum (NOGUEIRA, 2019). A análise do currículo proposto remete à ligação entre educação e estrutura econômica, conhecimento e poder (APPLE, 1982).

Há conexão entre a organização do mercado e a forma como o currículo é organizado. Mas a educação e o currículo não são deduzidos simplesmente do funcionamento da economia. Tal vínculo é mediado por processos ocorridos tanto no campo do currículo quanto da educação, pautados na ação humana: os grupos dominantes promovem esforços permanentes de convencimento ideológico a fim de persuadir as pessoas da desejabilidade e legitimidade dos arranjos sociais existentes. Porém, esse convencimento não ocorre sem oposição, resistência e conflito (SILVA, 1999).

Na perspectiva política postulada por Apple (1982), a questão importante é do ‘porquê’ determinados conhecimentos são considerados mais importantes do que outros, evitando-se reduzir estes critérios à verdade e falsidade. Portanto, ao fazer uma análise explícita do “currículo oficial” há que se perguntar quais são as relações de poder que resultaram naquele currículo em particular (SILVA, 1999).

## A ESCUTA PÚBLICA

Em 14 de julho de 2021, o Ministério da Educação anunciou aos estados o cronograma de implementação do Novo Ensino Médio conforme Diretrizes apresentadas na BNCC, cobrando que as ações estivessem iniciadas a partir de 2022 de forma gradual, iniciando pelo primeiro ano do Ensino Médio. Assim, as unidades da federação foram instadas a estruturar o Ensino Médio em dois grandes blocos: currículo geral básico e itinerários formativos. O currículo básico tem por referência competências e habilidades para as áreas de conhecimento em Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Os itinerários formativos devem oferecer possibilidades de aprofundamento aos estudantes em áreas do conhecimento e/ou formação técnica e profissional (BRASIL, 2021).

Devido à homologação do Novo Ensino Médio em 14 de novembro de 2008, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro montou uma comitativa para elaborar os referenciais curriculares no estado, a qual tinha que enviar uma proposta a ser aprovada e homologada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Segundo a Coordenadora de Ensino Médio da SEEDUC- RJ, em 2019 a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC - RJ) iniciou

processo de preparação para dar início ao debate presencial no início das aulas segundo modelo do Consed. Com a pandemia, os esforços se voltaram para manter o vínculo dos alunos matriculados.

Em 2021 e 2022, o Conselho Estadual de Educação promoveu escutas públicas para debater a proposta elaborada pela SEEDUC - RJ. As escutas foram abertas e publicadas em seu portal de vídeos. Por meio destes vídeos é possível reconstituir essa história e observar a disputa travada entre grupos de interesse distintos e como a sociologia está inserida neste contexto.

Várias instituições e entidades da sociedade civil, representantes do setor privado e do setor público se inscreveram para se manifestarem na Escuta Pública, com destaque para os da área de Ciências Humanas (Sociologia, Filosofia, Geografia) e da área de Linguagens e Suas Tecnologias representadas por docentes de Artes: Sindicato das escolas particulares do Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós Graduação em Filosofia, Federação dos Arte educadores, Frente contra a Implantação do Ensino Remoto, Associação dos Diretores de Escolas Públicas, Associação dos Geógrafos Brasileiros - Niterói, Associação Brasileira de Ciências Sociais, Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (SEPE), Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), Associação dos Estudantes do Rio de Janeiro (AERJ), Fórum de pré - vestibulares populares do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em vídeo de escuta aberta aos estudantes consta a fala tanto do deputado estadual Waldeck Carneiro quanto de uma aluna, representando a Associação de Pais e Alunos do estado do Rio de Janeiro.

No debate durante a primeira escuta, alguns grupos se contrapõem à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio apresentada pelo Ministério da Educação após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, tomado como um golpe de Estado. Para eles, as mudanças curriculares que as unidades da federação são levadas a implantar são denominadas de contrarreforma. Outro grupo concorda que deve existir uma base e aceita a reforma do Ensino Médio, mas exigem suspensão do prazo e maior abertura para debate. Consideram que o Novo Ensino Médio proposto é mais do que uma mera reforma curricular porque pressupõe mudanças na organização, no financiamento do ensino e na formação dos professores. Tais transformações não devem ocorrer sem amplo debate. Lembram que a reforma ocorre em meio a crise política no estado e durante uma pandemia, quando as escolas permaneceram fechadas por mais de um ano dificultando o acesso a camadas mais vulneráveis da população à educação, devido à exclusão digital. Portanto, reivindicam ampliação de prazo para que haja mais debate com ampla participação. Contestam o número de respondentes mencionado pela

SEEDUC - RJ na fase de aplicação de questionários destinados à comunidade escolar: 20 mil. Dado o tamanho da rede de ensino estadual e que o questionário foi aplicado à equipe técnico pedagógica, aos funcionários, alunos e pais, o Fórum de Professores de Filosofia e Sociologia afirma que a quantidade de respostas obtidas durante a consulta foi insuficiente.

A temporalidade da reforma também foi contestada. A Associação dos Estudantes do Rio de Janeiro (AERJ) reclama que o tempo para o debate foi curto e nem todos os estudantes, pais, responsáveis e diretores conseguiram fazer um levantamento concreto da reforma e responder. A Associação de Diretores de Escolas Públicas (ADERJ) acredita que 3 meses foi pouco para consulta pública no contexto da pandemia, pois não foi possível se reunir. O Fórum de Professores de Filosofia e Sociologia do Rio de Janeiro afirma que, dada a dimensão da reforma, a consulta começou em atraso porque ocorreu só no final de julho. Em relação à solicitação de cumprimento de cronograma solicitado pelo governo federal, o SEPE detectou leis federais ainda não cumpridas, tais como a do piso nacional,  $\frac{1}{3}$  de carga horária do professor para planejamento. Em outra escuta, o deputado Waldeck Carneiro (PT) menciona também a homologação do Plano Estadual de Educação, que não havia ocorrido até a data da consulta para a Reforma do Ensino Médio Estadual.

A então responsável pela Coordenadoria de Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação, Flávia Costa, e o Presidente do Conselho Estadual de Educação, Ricardo Tonassi, informaram que há legislação e cronograma a serem cumpridos até março de 2022. O planejamento do debate ocorreu dentro das condições possíveis e tempo disponível, Seja de modo presencial, híbrido e ou meio de consultas remotas foi aberto espaço de fala para que fossem realizadas pontuações.

O Sindicato dos Professores (SEPE) vê com preocupação a tentativa de homologar a proposta contendo disciplinas com menos de 2 tempos. Questionam a disponibilidade de recursos financeiros para investimento na educação pública e para melhoria da infraestrutura das escolas devido ao teto de gastos. Acusam o Novo Ensino Médio de promover a desprofissionalização dos professores que são instados a atuarem fora de suas disciplinas de formação nos componentes criados para compor os itinerários formativos. Em relação aos docentes, a fala do sindicato converge com a da FAETEC, para quem *“a contra reforma significa um processo de desprofissionalização docente e precarização das licenciaturas”*. *Transforma o professor em “tarefeiro”*. (...) *A qualificação pela qual lutamos a vida toda é colocada em qualquer lugar*”. Por sua vez, a Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais se contrapõe ao modelo de Ensino Médio posto dentro dos padrões destacados.



Solicitam respeito à formação inicial de concurso dos professores para que docentes ministrem aulas em componentes para os quais possuam formação.

Para a conselheira Ana Karina Brenner, docente da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o debate sobre o Novo Ensino Médio é mais profundo, envolve a identidade presente na materialização das ofertas das redes de ensino:

“Não [devemos] tomar o processo de discussão do novo ensino médio como uma coisa monolítica e linear. Quem pesquisa juventude e identidade no ensino médio reconhece que há um problema de identidade no ensino médio. Qual é a função do ensino médio? É a terminalidade de estudos? É o fim da formação básica de fato? É entrada no mercado de trabalho? É continuidade de estudo no nível superior? É continuidade para o nível técnico? É concomitante? Então, tem uma questão que há muito tempo se diz que precisa ser enfrentada. (...) A gente precisa produzir possibilidades concretas de modo que o sujeito jovem se construa nisso e se projete no futuro. (...) A ideia dos itinerários formativos vem de uma dimensão de que o jovem diz: não sei porque vou estudar tudo isso, não vou usar isso no futuro. E há coisas que são reais aí. Acontece que você peneirar tanto assim também desfaz o campo de possibilidades.”

## ENSINO DE SOCIOLOGIA NA ORIENTAÇÃO CURRICULAR ESTATAL NO RIO DE JANEIRO

Em função da BNCC, foram criadas várias trilhas para atender as exigências de diversificação curricular no âmbito no Novo Ensino Médio. No Ensino Regular em tempo parcial foram estabelecidos 9 itinerários compostos por uma ou mais áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias) sendo que cada um deles permite uma escolha entre 4 propostas (vide tabela: Proposta de itinerário formativo). Alunos e seus familiares definem a trilha no ato da matrícula, selecionando uma dentre as 36 possibilidades. Cabe ressaltar que, no documento onde consta a organização curricular dos itinerários, entretanto, o quantitativo das propostas foi reduzida pela metade.



PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO				
Categoria de Itinerários	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4
Educação de Jovens e Adultos - Linguagens e suas Tecnologias	ConectÉ@	EJARTE	Brasilês	Movimente
Educação de Jovens e Adultos - Matemática e suas Tecnologias	Gestão saudável do meu dinheiro	Dá o papo na Álgebra	Que comecem os jogos!	Geometria nas cidades inteligentes
Educação de Jovens e Adultos - Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Pegada Ecológica: qual é a sua?	Medicamentos para leigos	Se liga na energia limpa	Desenvolvimento e Tecnologia Social e Sustentável
Educação de Jovens e Adultos - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Educação Popular	Ação Antirracista	O Rio de Janeiro de todos nós	Ciência, Tecnologia e Sociedade
Ensino Médio Regular - Linguagens e suas Tecnologias	Mídias: Linguagens em Ação	Linguagem em Movimento	Pluriculturalismo na Arte	Vivendo a Arte em Plena Expressão!
Ensino Médio Regular - Matemática e suas Tecnologias	Geometria nos Espaços	Por sua Conta	M@temática Conectada	Aplicações da Álgebra
Ensino Médio Regular - Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Soluções Energéticas para o Novo Tempo	A Ciência dos Medicamentos	Desvendando o Pensamento Científico	Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável
Ensino Médio Regular - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Educ(ação) Político-Social	Trilha Decolonial	Gestão Social	Oportun(a)lidade
Bloco Temático de Áreas - Linguagens e suas Tecnologias + Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Letramento (Carto)gráfico	Ateliê da Memória Escolar - "AME"	Cidadania Ativa	Bagagem Cultural
Bloco Temático de Áreas - Matemática e suas Tecnologias + Ciências da Natureza e suas Tecnologias	O Mundo Invisível	Pesquis@, Inov@ç@o e Tecnologi@ - "PIT"	Trocando "Figurinhas"	Contribuições Planetárias
Bloco Temático de Áreas - Matemática e suas Tecnologias + Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Observatório Demográfico	A Matemática na Dinâmica da Sociedade	Papo Dez	Tempos do Contar
Bloco Temático de Áreas - Ciências da Natureza e suas Tecnologias + Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Sustentabilidade Sociocultural e Qualidade de Vida	Ecocidadania	Justiça Social e Ambiental	Sociedades em Transformação
Integração das Áreas	Fazeres Sustentáveis	Vida Ativa e Sustentável	Estúdio de Notícias	Geração Digit@l

Cada uma dessas trilhas é formada por um ‘núcleo comum’ e pelo ‘itinerário formativo’. No núcleo comum são oferecidos componentes que já existiam no currículo anterior na forma de disciplinas: português, matemática, artes, química, física, biologia, história, sociologia, filosofia e artes. A parte do itinerário subdivide-se em ‘núcleo articulador’ e ‘trilhas de aprofundamento’ do itinerário formativo. Fazem parte do núcleo articulador os componentes Projeto de Vida e as Eletivas. As trilhas de aprofundamento variam conforme a(s) área(s) de Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias. Também há trilhas interdisciplinares orientadas para o desenvolvimento de temáticas interseccionando duas ou mais áreas.

Segundo a matriz do Novo Ensino Médio do estado do Rio de Janeiro, na parte do Núcleo Comum, onde constam as ‘antigas disciplinas’, Sociologia que antes estava presente nas três séries passa a ser ofertada apenas na terceira série contando com 2 (dois) tempos de aula semanais somente na 3ª série. Está proposto para este único ano, objetos de conhecimento que abordam o surgimento da Sociologia e seus autores clássicos; teorias sociológicas acerca de diferentes processos sociais, políticos e culturais; urbanização, favelização e gentrificação; formas do Estado Moderno; direitos humanos e Constituição Federal; relações sociais de trabalho, garantias legais e flexibilização dos direitos trabalhistas; violação aos direitos humanos.

Tempos de aula de Filosofia e Sociologia deram lugar ao componente curricular Projeto de Vida, no qual docentes de Sociologia também passaram a atuar (COUTO, 2021). O conhecimento sociológico pode -ser identificado em 'eletivas': 'Práticas de Laboratório de Ciências Humanas', 'Multiculturalismo', 'Intervenção social', 'As Ciências Humanas pelas lentes do cinema e da fotografia', 'As transformações da humanidade através das tecnologias', 'Direitos humanos e cidadania', 'Educação ambiental: um diálogo entre as ciências humanas'.

No itinerário formativo da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas constam duas trilhas possíveis:

1. *Educ(ação) político-social*. A trilha visa proporcionar conhecimentos sobre estrutura e funcionamento dos níveis de governos e Poderes da República, participação de órgãos de controle interno e externo; entender normativa dos ritos orçamentários; conhecer as fases de um programa de governo; aprender o conceito de participação social, problematizar a inserção do mesmo na Constituição de 1988. Portanto, está orientada à questão política e, muito embora não haja sugestão de bibliografia, no âmbito das Ciências Sociais, os componentes dessa trilha permitem aprofundar e direcionar os estudantes aos estudos realizados no campo das Ciências Políticas. São componentes curriculares desta trilha: 'Organização Político- Administrativa do Brasil'; 'Ciclo de Políticas Públicas' e 'Participação Social no Estado Brasileiro'.
2. *Oportun(a)idade*. Esta trilha abrange processos socioeconômicos de envelhecimento da população brasileira, direitos da criança, do adolescente e da população idosa. Considera a ancestralidade. Também analisa o planejamento urbano, problemas de pessoas com mobilidade reduzida e propõe que haja projetos para resolução de problemas existentes no convívio de diversos grupos sociais. Visa registrar contribuições sociais de diversos grupos ao longo da história. Neste sentido, no âmbito das Ciências Sociais, os conteúdos remetem aos campos da Sociologia e da Antropologia. Os componentes curriculares criados para aprofundamento da aprendizagem nesta trilha são: 'Envelhecimento da População Brasileira'; 'Do direito à cidade' e 'Relicário de Heranças'.

O Itinerário Formativo Bloco Temático de Linguagens e Suas Tecnologias mais Ciências Humanas e Sociais Aplicadas combina abordagem de manifestações artísticas e culturais mais os usos de diferentes linguagens com questões das Ciências Humanas. As

trilhas de aprendizagem são: ‘Cidadania Ativa’ e ‘Bagagem Cultural’. Os componentes da ‘Cidadania Ativa’ abordam a cidadania da Grécia Antiga ao Brasil atual, proporcionam reflexões sobre alterações no conceito de cidadão e as possibilidades de uso de tecnologias para resolução de problemas locais e no agir cidadão. As Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, estão presentes na trilha de ‘Bagagem Cultural’ em objetos de aprendizagem sobre “preconceito cultural”, “diversidade cultural”, “território indígena”, “comunidades remanescentes de quilombo” e “sociedade e cultura”.

No Itinerário Formativo Bloco Temático de Matemática e Suas Tecnologias com Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, há duas trilhas. Em ‘A matemática na dinâmica da sociedade’ os estudantes aprendem a construir índices de ocupação urbana e de escolaridade no Brasil, além de modais de transporte e sua abrangência. Já na trilha ‘Papo dez’ se aprofundar em dados estatísticos de monitoramento da sociedade brasileira, analisam a desigualdade socioeconômica de diversos grupos sociais, enquanto conhecem leis sobre segregação racial e analisam práticas afirmativas.

No Itinerário Formativo Bloco Temático de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias mais Ciências Humanas e Sociais Aplicadas há as seguintes trilhas: ‘Sustentabilidade Sociocultural e Qualidade de Vida’ e ‘Sociedade em transformação’. Conteúdos das Ciências Sociais aparecem em objetos de aprendizagem que abordam estilos de vida e hábitos contemporâneos, ‘redução da pobreza’, problemas sociais e a saúde mental, ‘multiculturalidade’, diversidade, gênero e sociedade na escola. Em ‘Sociedade em transformação’ os componentes abordam natureza e cultura, usos da tecnologia, ciência e literatura, políticas de ciência e tecnologia, comunidades e povos tradicionais, entre outros.

Por fim, a proposta pedagógica Itinerário Integração das Áreas contempla todas as áreas e direciona os estudantes para a área da Saúde ou para o mundo das Tecnologias da Informação: Economia Digital, a Cultura STEAM e as Cidades Inteligentes (Smart Cities). As trilhas ‘O Direito à Saúde’ e ‘Ger@ção Digital’ configuram uma metamorfose (BECK, 2018) na organização curricular. Passam ao largo das antigas disciplinas, inclusive da Sociologia, requerendo Aprendizagem Baseada em Problemas, organização diversa formação inicial dos professores e da antiga estrutura curricular do Ensino Médio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo identifica o lugar que o conhecimento da ensino de sociologia (aqui compreendida como uma disciplina escolar que abarca conhecimentos das Ciências Sociais BODART, 2021) passou a ocupar no currículo oficial proposto no estado do Rio de Janeiro, logo após Reforma do Ensino Médio suscitada pela Base Nacional Comum Curricular de 2018. Analisa a política curricular no estado e as críticas recebidas pela mesma. Ainda que a SEEDUC- RJ afirme que houve consulta a professores, alunos e responsáveis nas escolas, a despeito da pandemia, integrantes de diferentes associações de professores e de alunos ouvidos na escuta pública afirmam que houve pouco tempo para análise da proposta nas escolas e de que haveria necessidade de mais debate para se chegar à versão final. Outro grupo faz crítica radical da política curricular desde o que vem proposto pelo Ministério da Educação, denomina a atual política curricular de contra reforma e exige revogação. Docentes de sociologia participaram ativamente deste processo como integrantes representando associações e manifestando posições tanto favoráveis quanto radicalmente contrárias ao Novo Ensino Médio. Mesmo os favoráveis tinham sugestões de modificação. Depreende-se disso que não houve construção de consenso e o currículo está em disputa.

Nos documentos oficiais, conteúdos de Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia podem ser identificados no currículo proposto para a Base Comum, nas eletivas e nas trilhas tanto do itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, quanto daqueles em que esta área dialoga com outras. Apesar disso, com exceção dos componentes da Base Comum e das eletivas, o professor formado em sociologia precisará dar aulas de componentes que extrapolam sua formação e requerem conhecimentos avançados de toda uma área ou de outras graduações. Tal é o caso dos itinerários que integram todas as áreas, em especial o itinerário Ger@ção Digital, cujos componentes requerem formação em tecnologias da informação.

Ao longo da escuta, a proposta de construção de um currículo baseando-se no modelo tradicional progressista em que há preocupação com as experiências dos alunos, conduz o debate sobre rumos da diversificação, orientado sobretudo a trilhas diretamente relacionadas à educação profissional e que despertem para possibilidades no mundo do trabalho (SCHWARTZMAN, 2016). Há que se atentar que a finalidade da Educação Média, segundo Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) artigo 35 esta etapa se destina à preparação básica para o trabalho; consolidação e aprofundamento de conhecimentos adquiridos no fundamental, a fim de possibilitar continuidade nos estudos. A legislação também afirma ser importante a formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico.

Além da compreensão de fundamentos científico - tecnológicos dos processos produtivos. Os documentos resultantes contemplam essas finalidades e direcionam os estudantes para continuidade nos estudos em áreas específicas: da saúde, de tecnologias, política, planejamento urbano, cultura, meio ambiente e sustentabilidade.

Cientes de não se trata de que o Novo Ensino Médio não se trata de um mero ajuste curricular e sim, da reorganização e reestruturação dos sistemas de ensino, notadamente da rede pública, onde estão matriculados a maior parte dos alunos de nível médio, professores e alunos interpelaram os gestores responsáveis pela produção e homologação da proposta hegemônica quais as condições e quanto de financiamento serão destinados ao Novo Ensino Médio. O sucesso na implementação deste currículo e as possibilidades de plena escolha de quaisquer dessas possibilidades, depende da garantia da oferta de todas essas possibilidades em escolas próximas à residência dos estudantes. Também depende de que estes jovens e suas respectivas famílias tenham refletido e assumido escolhas conscientes do caminho que desejam seguir.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

\_\_\_\_\_. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In. MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomás Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo : Cortez, 1995.

AZEVEDO, Gustavo Cravo. A Base Nacional Comum Curricular atropelada pela reforma do ensino médio: uma entrevista com Marcelo Burgos. In: **Revista Perspectiva Sociológica**, n.º 21, 1º sem. 2018, pp. 5-20.

BECK, Ulrich **A Metamorfose do mundo**. Novos conceitos para uma nova realidade. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40.

BODART, Cristiano das Neves. **Conceitos e Categorias Fundamentais do Ensino de Ciências Sociais** [Coleção]. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021.

COUTO, Caroline Peres. **Reflexões sobre projeto de vida na prática docente de sociologia**. Anais do 7o ENESEB. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75698>>. Acesso em: 04/06/2023

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

SILVA, Tomás Tadeu **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

NOGUEIRA, Marlice de Oliveira Currículo no centro da luta: as contribuições de Michael Apple para a compreensão da realidade escolar. **Rev. Espaço do currículo** (online), João Pessoa, v.12, n.1, p. 119-130, jan./abr. 2019.

PORTARIA N° 521 de 13 de julho de 2021- Institui o cronograma nacional de implementação do Novo Ensino Médio

SEEDUCRJ. 1a Escuta pública - o Novo Ensino Médio no Rio de Janeiro à luz da BNCC. [\(36\) 1ª ESCUTA PÚBLICA - O NOVO ENSINO MÉDIO DO RIO DE JANEIRO À LUZ DA BNCC. - YouTube](#) Acesso: 30/04/2023.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação Média Profissional no Brasil: situação e caminhos**. São Paulo: Santillana, 2016

